

A CONSTRUÇÃO DA CARTOGRAFIA DE SABERES NAS ILHAS DE ABAETETUBA: QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

Eliana Campos **POJO**
Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA
elianapojo@ufpa.br
Lina Gláucia Dantas **ELIAS**
Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA
linaglaucia@yahoo.com.br

Resumo: *Este artigo tem sua origem e fundamentação no desenvolvimento de uma das linhas de pesquisa do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão Sociedade, Estado e Educação: ênfase nos governos municipais e educação do campo – GEPESEED, neste ano, por meio do projeto de pesquisa intitulado Travessias, identidades e saberes das águas – Cartografia de saberes de populações ribeirinhas no município de Abaetetuba numa travessia pelas águas, rios e florestas com a intenção de adentrar nos ‘jeitos’ de ser e estar sujeito amazônida. A metodologia escolhida para esta pesquisa insere-se nas abordagens qualitativas abrangendo estudos bibliográficos e ações no cotidiano ‘in loco’, atrelada à perspectiva de elaboração de uma cartografia. Ainda, com estudos iniciais, sinalizamos excertos sobre essa abordagem cartográfica das representações sociais, bem como, seus possíveis caminhos como procedimento metodológico em trabalhos científicos. Do vivenciado até aqui, podemos afirmar que essa travessia por saberes e identidades tem exigido a construção de um percurso junto e com os participantes, direcionado pelas dimensões saberes do campo e das águas e a educação escolar na perspectiva de apreender as representações da(s) identidade(s) ribeirinha(s) de comunidades localizadas às margens dos rios. A cartografia de saberes inclui a dimensão territorial e a geografia local, articuladas entre si, redesenhando um mapa de forma complexa e interdisciplinar que abrange múltiplos olhares, explicitando as territorialidades dos rios, das águas, das escolas e dos movimentos sociais, de modo a contribuir com a política educacional das escolas do campo.*

Palavras-chave: *Saberes das águas. Identidades. Ribeirinhos. Políticas Educacionais. Educação do campo.*

Abstract: *This paper has its origin and groundings on the development in one of the lines of research of the Study Group and Research Society, State and Education: emphasis on municipal and rural education - GEPESEED this year through the project research titled Crossings, identities and knowledge of the*

waters - Mapping knowledge of the riverside town of Abaetetuba in crossing the waters, rivers and forests with the intention of entering the 'ways' of being and be subject Amazonian. The methodology chosen for this research fits into the qualitative approaches including bibliographic studies and actions in daily life 'in situ', linked to the prospect of developing a cartography. Still, with initial studies, signaled excerpts on this cartographic approach of social representations, as well as their possible paths methodological procedure in scientific work. From the experienced so far, we can say that this crossing by knowledge and identities has required the construction of a route together and with participants, directed by the dimensions of the field and knowledge of the waters and school education in the perspective of learning the representation of the identity(ies) of riverside communities located along the riverbanks. The cartography of knowledge includes the territorial dimension and the local geography, interconnected, redrawing a map in a complex and interdisciplinary covering multiple perspectives, explaining the territoriality of rivers, water, schools and social movements, in order to contribute educational policy of rural schools.

Keywords: Knowledge of water. Identities. RiversideCommunity. Educational Policy. Education field.

Considerações Iniciais da Educação no Campo

A intenção deste escrito é apresentar nossa imersão no estudo da educação no campo no município de Abaetetuba, mais especificamente com as populações ribeirinhas. Assim sendo, iniciamos por esclarecer a concepção de uma educação a partir do campo e no campo, em que nos embasamos para o estudo que estamos realizando nas ilhas de Abaetetuba, focalizando a identidade e saberes ribeirinhos desse município.

Ressaltamos que a concepção de educação do e no campo foi formulada em um contexto de problematização de conceitos e ideias até então arraigados na sociedade brasileira, como sendo o de educação rural. A concepção de Educação do Campo, em substituição à Educação Rural, entende campo e cidade como duas partes de uma única sociedade, que dependem uma da outra e não podem ser tratadas de forma desigual.

A compreensão de educação que historicamente pautou as iniciativas educacionais para o meio rural fundamenta-se, principalmente, na categorização urbano/rural, na qual o espaço rural é definido, de acordo com critérios do IBGE, pela sua localização geográfica e pela baixa densidade populacional. A assertiva sobre o rural esteve assentada num

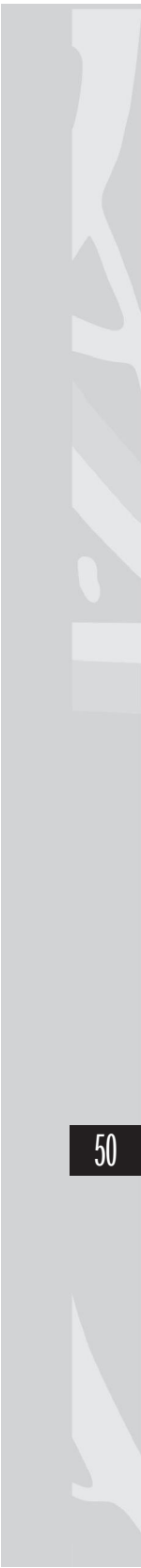
projeto de desenvolvimento na lógica urbano-industrial, por considerar o rural como área de práticas agrícolas fadada ao atraso.

Com base neste projeto de desenvolvimento, é produzida uma prática educacional de oferta de educação escolar mínima, em classes multisseriadas, em espaços precarizados e com professores leigos e mal pagos, com ações educativas que privilegiam os conceitos urbanocêntricos, pautados no individualismo, na competição, na exclusão e na homogeneização.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo se diferencia da educação rural, pois é construída por e para os diferentes sujeitos, territórios, práticas sociais e identidades culturais que compõem a diversidade do campo. Ela se apresenta como uma garantia de ampliação das possibilidades de homens e mulheres camponeses criarem e recriarem as condições de existência no campo. Portanto, a educação é uma estratégia importante para a transformação da realidade dos homens e das mulheres do campo, em todas as suas dimensões.

Compreendida a educação do campo desta forma, a escola torna-se um espaço de análise crítica para que se formulem as bases para a elaboração de uma “outra” proposta de educação e de desenvolvimento. Assim, busca-se desenvolver uma proposta de educação voltada para as necessidades das populações do campo e para a garantia de escolarização de qualidade, tornando-se a escola o centro aglutinador e divulgador da cultura da comunidade.

A partir destas iniciais considerações, discorreremos, neste artigo, acerca do campo como espaço de desenvolvimento social e econômico, baseando nossa compreensão no conceito de territorialidade, na ideia de que esse lugar é marcado pela diversidade econômica, cultural e étnico-racial. Para nós, esse espaço é emancipatório quando associado à consolidação da democracia e da solidariedade, e, ao mesmo tempo, à luta pelo direito à terra, à educação, à saúde, à organização da produção e à preservação da vida. Mais ainda, se este comprometimento estiver na interlocução com a diversidade do trabalho, com a cultura, conseqüentemente, a educação deverá estar sintonizada com tais especificidades do campo, que, necessariamente, serão incorporadas aos projetos político-pedagógicos das escolas.



Buscamos, com base nesta reflexão, explicitar o caminho metodológico da pesquisa que estamos desenvolvendo nas ilhas de Abaetetuba, revelando o percurso da cartografia social que nos propomos a realizar, constituindo-se literalmente, para nós, em uma travessia pelas águas, na busca dos saberes e identidades dos ribeirinhos, observando que esta é uma escrita inicial acerca do estudo que começou em março de 2012.

1 O desenvolvimento local feito por comunidades das águas

Nossa reflexão surge da compreensão de que as identidades, os saberes e as práticas cotidianas das comunidades do campo, emprestam sentido e significado às ações educativas para as escolas do campo, e, especialmente, colaboram para a estruturação de uma proposta curricular para estes espaços educativos, desde que sejam consideradas as diversidades cultural, social e ambiental das populações rurais da Amazônia, e que permitem uma lógica de desenvolvimento territorial com sustentabilidade, uma vez que as populações rurais dessa região estão territorializadas nas águas, nas florestas e em terra firme. São populações tradicionais que habitam a região, como os povos indígenas, quilombolas, caboclos, ribeirinhos, sem-terra, assentados, pescadores, camponeses, posseiros, migrantes, das florestas entre outros.

As populações tradicionais (HAGE, 2011) se desenvolveram histórica e culturalmente em íntimo contato com a natureza e foram adequando seu *modo vivents* às peculiaridades regionais e às oportunidades econômicas advindas das matas, das várzeas e dos rios, cuja subsistência decorre da utilização de recursos naturais por meio de práticas de cultivo da terra, do extrativismo, da caça e da pesca artesanal. As práticas socioculturais produzidas pelas populações tradicionais se coadunam com o processo de recomposição e regeneração dos recursos naturais, porque são práticas que envolvem saberes que consideram o manejo e o uso sustentável destes recursos.

Dessa forma, nossa intenção neste trabalho é nos concentrarmos nas populações ribeirinhas, ou povos das águas, por acenarem a possibilidade de construção de uma educação e desenvolvimento territorial do Campo com sustentabilidade, e por serem, segundo Gonçalves (2006), as mais

características da Amazônia e, em especial, do município de Abaetetuba e municípios vizinhos¹, que compõem a Região do Baixo Tocantins no Estado do Pará. O município de Abaetetuba constitui-se no local onde vivenciamos e experienciamos a docência no ensino superior - *Campus* Universitário de Abaetetuba da Universidade Federal do Pará/UFPA, no qual estamos desenvolvendo uma pesquisa que nos permite realizar travessias pelas águas dos rios Pará, Tocantins e Maratauíra entre outros, em busca de saberes e fazeres que revelem uma cartografia identitária das populações ribeirinhas.

Nesta travessia pelas águas, navegando com a atenção devida aos saberes, às culturas e às práticas sociais e educacionais das populações ribeirinhas, desperta-nos o olhar crítico para o fato de estes habitantes de várzeas, às margens de rios, desenvolverem uma forma de produção e de subsistência em interação constante com o ambiente natural, onde solo, rios, matas e florestas são interdependentes. E desse modo de ver e compreender a vida e o mundo eles foram tecendo seus hábitos, suas crenças, seus costumes, suas histórias, seus saberes e culturas, produzindo práticas de cultivo e de manejo do açaí e do miriti²; da roça, da pesca do camarão, da produção do matapi³, do artesanato, cuja territorialidade e espacialidade são determinadas pelas águas, ou melhor, pelas “ruas de águas” e pelo movimento das marés. Consequentemente revelam uma forma peculiar de vida que tem seus tons, seus sons, seus perfumes, em que o tempo individual e o tempo social se cruzam e se entrecruzam com o tempo da natureza (CASTRO, 1999), haja vista as populações ribeirinhas sustentam seus saberes sobre o tempo imbricado com águas dos rios, dos igarapés, dos furos, das matas, das terras, das chuvas, dos ventos, das luas, do sol como fatores que propiciam práticas socioculturais, técnicas e tecnológicas, e assentam sua racionalidade produtiva com preservação da sociobiodiversidade. Nessa direção:

¹ Os demais municípios que fazem parte da área de abrangência do *Campus* são: Barcarena, Igarapé-Miri, Moju, Acará, Tailândia e Tomé-Açu.

² Miriti é o fruto extraído de uma palmeira que serve de alimento e sua fibra é utilizada na produção de artesanato e, mais especificamente, de brinquedos.

³ Matapi é um instrumento construído a partir da tala do jupati para coleta do camarão.

As comunidades, que vivem nas várzeas do estuário do rio Tocantins são exemplos de manejos e uso sustentável de recursos naturais na Amazônia. Há séculos seus sistemas de produção estão fundamentados em práticas de conservação dos solos, água, fauna e flora, mantendo a integridade das florestas de várzea como principal fonte de recursos para o desenvolvimento socioeconômico local (SOBRINHO, 2005, p. 23).

Consideramos importantes os aspectos ambiental, econômico, social, político e cultural no desenvolvimento territorial com sustentabilidade, e compreendemos que estes são integrados e interdependentes, ou seja, mesmo operando em níveis e tempos diferentes terão sempre impactos mútuos, em médio e longo prazo, e o crescimento econômico depende da forma como são explorados os recursos naturais, forma que pode ser culturalmente determinada.

Tais reflexões geram uma postura de compromisso social e político quanto ao reconhecimento da importância dos saberes e identidades das populações ribeirinhas para a preservação sociocultural e ambiental que promova o auto e sociodesenvolvimento territorial com sustentabilidade, capaz de dotar o indivíduo de condições para que ele sobreviva e permaneça no seu local de origem de maneira digna e respeitosa, ao mesmo tempo que visibiliza as condições de exclusão imposta pelos poderes públicos, bem como a ação predatória das grandes empresas, com seu modo de produção capitalista, que, por meio de uma agricultura científica globalizada, faz uso de todo seu poder científico-tecnológico e econômico-político, desorganizando as práticas socioculturais e de cultivo e econômicas das populações tradicionais, devastando os recursos naturais.

Os conhecimentos produzidos sob a lógica da produção capitalista são usados para elevar ao máximo o lucro com intensa produtividade, impondo valores, culturas e novos hábitos, de modo a ampliar o controle das relações sociais e, como se não bastasse, reforçar a ideia de que qualquer outro sistema apartado desta lógica é improdutivo, ou seja, reforça uma lógica urbanocêntrica e nega os processos produtivos locais, como o que ocorre com as populações tradicionais da Amazônia paraense. Essa lógica produtiva de mercado global acentuou a desigualdade e a injustiça social,

uma vez que a distribuição da riqueza, capaz de propiciar a melhoria das condições de vida, é decidida politicamente.

Acreditamos que desenvolvimento regional só tem sentido conforme o pensamento do economista indiano Sen (1999), que definiu desenvolvimento como liberdade positiva em contraposição à liberdade negativa, definição esta que incorporou todos os direitos e capacidades que dão instituições, identidades, culturas e desenvolvimento sustentável ao indivíduo, bem como a possibilidade de realização existencial e de busca da felicidade.

Assim, a compreensão de desenvolvimento como liberdade está intimamente relacionada à ideia de desenvolvimento territorial sustentável, por assentar-se no pressuposto de viver plenamente a promoção e a condição humana nos seus aspectos ambientais, econômicos, socioculturais e políticos, ou seja, a distribuição equitativa da renda, a melhoria da qualidade de vida e das condições sociais com sociabilidade, participação e reconhecimento da dimensão simbólica da existência, da preservação, a outras gerações, do ambiente natural e dos patrimônios materiais e imateriais. Com base nesta concepção de desenvolvimento territorial sustentável, enfatizamos o movimento sociocultural por entendermos que este contempla

[...] toda herança não biológica que faz a diferença entre os povos; vale dizer, os diversos processos de designação e simbolização (linguagens), as inúmeras maneiras de lidar com a morte, o desconhecido e o imaginado (religiões e artes), as formas singulares de se relacionar com a natureza (tecnologias), as maneiras particulares de regular as relações sociais (instituições), inclusive, a produção e distribuição de bens (economia) e as diferenciadas formas de sociabilidade gratuita (festas, jogos e brincadeiras) (LUSTOSA DA COSTA, 2006a, p. 24).

Os saberes e as identidades das populações ribeirinhas são culturas em constante transformação manifestas por sentimentos e marcadas por maneiras de entender e apreender o mundo. Queremos dizer com isto que as práticas socioculturais estão alicerçadas em representações sociais, as quais os indivíduos produzem o sentido de suas existências, e dessa maneira as culturas contribuem para valorizar as práticas sociais

e as manifestações culturais; promovem a agregação social e o aumento da autoestima da população; favorecem a acumulação do capital social; proporcionam o protagonismo das lideranças comunitárias e o comprometimento das pessoas com projetos de desenvolvimento territorial com sustentabilidade.

Assim sendo, a travessia pelas águas, que estamos realizando, permite-nos um encontro com identidades e saberes de populações ribeirinhas que ainda se revelam resistentes às imposições do modelo de desenvolvimento com base em valores de mercado, no empreendedorismo empresarial, coisificando, desestruturando e descaracterizando as relações sociais, políticas e culturais. O estudo cartográfico de saberes das populações ribeirinhas tem se constituído em uma experiência de desnudamento, de reflexão, de humildade, de sensibilidade às questões sociais do contexto, e também de compreensão das singularidades destes povos das águas. Tal experiência afina a nossa percepção quanto à capacidade que eles e elas têm de se relacionar, de partilhar, de conviver, de estabelecer laços e de se manter criando e produzindo saberes e culturas com base em relações fraternas e coletivas, em que buscam a manutenção de valores sociais, culturais e humanos. Os momentos da travessia pelas águas fazem emergir lições, lições de esperança que nos instigam a acreditar que o desenvolvimento territorial com sustentabilidade é possível de ser construído. A vida ribeirinha, observada durante a travessia, faz-nos acreditar que o possível caminho passa por considerar as práticas socioculturais, tecidas pelas populações da Amazônia, como produtos e produtores da vida.

2 Da cartografia geográfica à cartografia simbólica: saberes e representações sociais dos povos das águas

Viver na Amazônia paraense significa conviver com a tríade: terra, água e floresta, representada por uma cultura própria, refletida no cotidiano dos amazônidas e, suas interlocuções com os elementos da natureza. A imbricação homem-natureza está, aos nossos olhos, na imagem concreta dos rios, das marés, das matas, nas formas de trabalho e de subsistência, nas lendas e mitos, nas embarcações, entre outros, como componentes culturais. Assim, a Amazônia se apresenta de forma própria,

e somente um ‘olhar sensível e observante’ sobre as práticas sociais nela existentes poderá situá-la de forma concreta e fora de visões generalistas a que muitas vezes é submetida e com as quais nos deparamos.

O município de Abaetetuba é constituído por um arquipélago de 72 ilhas, com uma população de 45 mil habitantes, nas ilhas, e uma média de 140 mil habitantes no município (CPT E MORIVA, 2009, p. 42), dados que confirmam que os acadêmicos do *Campus* são de populações em que a dinâmica das águas e das florestas marca as relações sociais. Conseqüentemente, as questões econômicas, sociais, políticas e culturais são margeadas por um contexto inequivocamente do campo. Em meio a este cenário amazônico está situado o *campus* da UFPA, cuja demanda estudantil é em sua maioria de acadêmicos oriundos do campo (populações ribeirinhas, das estradas e ramais).

Nesta composição territorial, a Amazônia e suas contradições e a diversidade socioterritorial da Amazônia paraense, somadas ao contingente discente, mobilizam problematizações de ordem educacional, regional e local para que a Universidade realize estudos e pesquisas voltados para a realidade das populações que ela atende; para que nós, docentes, questionemos o tipo de currículo acadêmico e escolar. As problematizações colocadas são questões relevantes para nortear a construção de políticas públicas sociais e educacionais, pensadas a partir do nosso próprio lugar, que representem a nossa cara, o nosso jeito de ser, de sentir, de agir e de viver na Amazônia (HAGE, 2005).

Os ribeirinhos criam temporalidades, novos espaços, reconstróem o cotidiano, e a visão urbana de homens “rurais pobres e lentos do planeta” é ressignificada pelos seus modos próprios de significar a existência, podendo ser, provavelmente, uma forma de resistência, de enfrentar as adversidades sociais produzidas no tempo-espaço da própria vida, e persistir. Em suas comunidades estão presentes a magia e a sedução das lendas, dos mitos com seus símbolos e significados próprios; reorientam as atividades diárias em decorrência do movimento das águas e das florestas; possuem saberes sobre o ciclo da natureza; dominam regras de fabricação e uso de utensílios tais como o matapi, a peconha⁴, a rede de

⁴ Utensílio feito da palma do açazeiro pelo ribeirinho de forma artesanal que é utilizado para subir na palmeira e coletar seu fruto.

pesca entre outros; sabem dos riscos que passam navegando em canoas pequenas, em um rio-mar com marés gigantes. Em síntese, eles e elas revelam modos próprios de viver no contexto ribeirinho. Estes saberes traduzem uma dada cultura como produto das ações e simbologias que os sujeitos vão tecendo no seu existir, à medida que, como afirma Brandão (2002, p. 24):

A cultura configura o mapa da própria possibilidade da vida social. Ela não é a economia e nem o poder em si mesmos, mas o cenário multifacetado e polissêmico em que uma coisa e a outra são possíveis. Ela consiste tanto de valores e imaginários que representam o patrimônio espiritual de um povo, quanto das negociações cotidianas através das quais cada um de nós e todos nós tornamos a vida social possível e significativa.

Os modos de vida na Amazônia paraense constituem as identidades dos sujeitos diferentes e singulares que chegam à Universidade. E foi essa especialidade dos sujeitos do *Campus* uma das razões de se materializar ações e pesquisas, focando os saberes e as tradições de comunidades situadas nas ilhas do município de Abaetetuba. E nesta direção tomamos os saberes e as tradições como objetos de investigação para o Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão, Sociedade, Estado e Educação: ênfase nos governos municipais e educação do campo – GEPESEED, que tem como objetivo, entre outras ações, desenvolver o projeto de pesquisa intitulado *Travessias, identidades e saberes das águas – Cartografia de saberes de populações ribeirinhas no município de Abaetetuba*, em uma travessia pelas águas, rios e florestas, com a intenção de adentrar os ‘jeitos’ de ser e estar do sujeito amazônida, captando assim as vozes, as expressões, as pausas, os silêncios, os sentimentos, as compreensões e as histórias que produzem uma interpretação dos saberes e identidades dos ribeirinhos deste município.

A metodologia escolhida para esta pesquisa insere-se nas abordagens qualitativas, abrangendo estudos bibliográficos e ações no cotidiano ‘*in loco*’, atreladas à perspectiva de elaboração de uma cartografia simbólica (SANTOS, 2007). Ainda, com estudos iniciais, sinalizamos excertos sobre essa abordagem cartográfica das representações sociais, bem como seus possíveis caminhos como procedimento metodológico em trabalhos científicos.

Inicialmente, a dualidade entre cartografia geográfica (mapa⁵ é distinto do território; tem uma escala; tem um sistema de projeção, distorce a realidade, pressupõe um mapa-mundi) e a cartografia simbólica, em que todo mapa é presença e é ausência; expressa um ponto de vista; é um mapa de relevâncias; pressupõe um contexto a que se remete; enraíza. Machado (2007) nos ajuda a compreender melhor esses termos e a tecer considerações sobre seu uso no trabalho proposto, pois a feitura da cartografia de saberes incluirá a dimensão territorial e a geografia local, articuladas entre si.

Em termos da cartografia simbólica, ela possibilita ao pesquisador construir seu objeto de estudo com assunto determinado, associado às dimensões epistemológica, sociológica e cultural. De outro modo, configura-se, por meio da cartografia, o aprofundamento temático, redesenhando um mapa de forma complexa e interdisciplinar que abrange múltiplos olhares, ou seja, estamos falando de processos de interação entre culturas e saberes, experiências e expectativas, alternativas e resistências.

No caso específico do nosso trabalho, consideramos a cartografia de saberes como caminho e vivência metodológica processual e de envolvimento, que busca aprender e apreender os costumes, os valores e a tradição social das populações locais, servindo para a reflexão dos educadores e pesquisadores que participam desta pesquisa, por considerarmos que “aprender é participar de vivências culturais” (BRANDÃO, 2002, p. 26). Sem dúvida, trata-se de um espaço em que se adentra nos itinerários sociais e peculiaridades da formação socioeducativa e cultural com os sujeitos de comunidades ribeirinhas, navegando por um caminho metodológico próprio e singular, na tentativa de captar uma síntese simbólica para além das evidências, referentes à produção social dessas comunidades.

Por ser um estudo desenvolvido em comunidades ribeirinhas, localizadas em ilhas circunscritas por uma dimensão sociocultural própria,

⁵ Mapa etimologicamente vem do latim. Mapa significava pequena toalha, ou guardanapo, ou algum tipo de folha em que se representava a localização de um terreno, a representação de um dado espaço. Os mapas também eram chamados de cartas e daí deriva a cartografia, como ciência da concepção e fabrico de mapas.

com condicionantes do cotidiano e suas imbricações, direcionamo-nos para um estudo exploratório, descritivo e de apreensão dos significados, buscando apreender as singularidades locais pelo diálogo com os sujeitos que vivenciam esses contextos, em especial, com os educadores de escolas, com as organizações sociais e lideranças locais.

O projeto de pesquisa sobre a cartografia de saberes, citado anteriormente, vem sendo desenvolvido junto às comunidades de ilhas, na interface com escolas situadas numa mesma ilha e/ou em ilhas diferentes. Seu caráter investigativo direciona-se para a articulação entre as discussões teórico-conceituais e os saberes socioculturais de populações tradicionais, e dessa forma, um dos objetivos da pesquisa é construir, a partir dos saberes e identidades ribeirinhas, a cartografia de cinco escolas das ilhas de Abaetetuba, visando à valorização do espaço rural como território de múltiplos saberes e de produção de vida.

Ressaltamos ainda que esta travessia de saberes e identidades estabelece processos diversificados de participação, incluindo as rodas de conversa, com base num roteiro teórico-metodológico, que abrange momentos de escuta, de sistematização, de observação direcionada e informal, de dinâmicas de socialização e de coleta de dados, em um percurso construído junto e com os participantes, ou seja, reconhecendo que:

[...] mapas são um campo estruturado de intencionalidades, uma língua franca que permite a conversa sempre inacabada entre a representação do que somos e a orientação que buscamos. A incompletude estruturada dos mapas é a condição da criatividade com que nos movimentamos entre os seus pontos fixos. De nada valeria desenhar se não houvesse viajantes para os percorrer (SANTOS, 1988, p. 168).

O autor nos indica que a construção de uma cartografia deve ser um caminho criativo e de respeito às subjetividades dos sujeitos envolvidos, para que esta possa ser um elemento problematizador e de reflexão sobre as práticas sociais e educativas de homens e mulheres em contextos próprios.

Os saberes das águas e das florestas, da compreensão sobre os modos de vida e de um desenvolvimento territorial com sustentabilidade são orientadores dos estudos investigativos ora desenvolvidos pelo Grupo

de Estudo, Pesquisa e Extensão Sociedade, Estado e Educação, uma vez que problematiza o papel do Estado no desenvolvimento das políticas públicas educacionais, tomando como foco de análise as populações do campo, os movimentos sociais, as gestões municipais e as experiências de educação do campo, como recorte de pesquisa, o que é de fundamental importância para o desenvolvimento social, educacional e cultural da microrregião do Baixo Tocantins, pois assume o desafio, junto aos que lutam pela Educação do Campo, de construir olhares que captem a complexidade multidimensional, tal como é o território rural, e então ser geradora de práticas educacionais constituintes das dimensões essenciais da produção da vida (CALDART, 2006).

Destacamos que o grupo de pesquisa fez opção pela interseção entre pesquisa e extensão. Nesse sentido, como parte da primeira etapa do projeto voltada para a extensão, são realizados encontros formativos com gestores das escolas, às margens dos rios, visando à construção dos projetos político-pedagógicos de tais escolas. Esta ação tem servido para nos inserirmos no cotidiano ribeirinho, e, assim, conhecermos os diferentes discursos e sujeitos, a organização escolar, a localização geográfica, entre outros aspectos, e, ao mesmo tempo, tais encontros têm nos possibilitado compor a metodologia da pesquisa cartográfica.

De outro modo, o desenvolvimento do projeto de pesquisa envolve ações concomitantes, interligadas e complementares. E nesse processo, vimos construindo e reorientando a travessia metodológica, com o envolvimento dos sujeitos, na lógica justificada por Brandão (2007) de que:

a investigação, a educação e a ação social convertem-se em momentos metodológicos de um único processo dirigido à transformação social. Mesmo quando a pesquisa sirva a uma ação social local, e limitada como foco sobre uma questão específica da vida social, é o seu todo o que está em questão (p. 06).

Visando ao alcance dos objetivos propostos para a pesquisa, outro momento não menos importante, concomitante aos encontros formativos, é o de aprofundamento da temática e da metodologia por meio de leituras, estudos e discussões, com o coletivo de pesquisadores-

colaboradores, acadêmicos da graduação e pós-graduação, docentes da UFPA e da rede municipal de educação e de lideranças sociais que participam do grupo de pesquisa. Nessa empreitada, os momentos de sensibilização voltados às questões do campo são basilares, pois, na maioria das vezes, há resistências em fazer a travessia ao contexto ribeirinho e suas particularidades, justificadas pelo medo de andar de canoa, dos animais e da maresia, pela demora da viagem, entre outros motivos.

Concretamente, o grupo de pesquisa tem baseado seus estudos sobre cartografia de saberes em vários autores, dentre eles, o que a compreende como “modo de imaginar e representar a realidade social” (OLIVEIRA, 2003, p. 12); na síntese de Santos (2002), que permite a identificação das estruturas de representações pelos diversos campos do saber sobre a realidade social; no pensar de Brandão (2007), ao ratificar a importância do compromisso e do envolvimento dos sujeitos na pesquisa, realizando-a de um modo mais aberto, flexível e dinâmico, em que o nativo não é apenas um potencial informante, mas, antes de tudo, é um ser humano que tem conhecimento igual ao pesquisador, justificando que “deve-se reconhecer e deve-se aprender a lidar com o caráter político e ideológico de toda e qualquer atividade científica e pedagógica”(p. 06).

Baseamo-nos em estudos e discussões que tratam da cartografia de saberes expresso em Oliveira (2003), Oliveira e Santos (2007), Santos (2007); que tratam das questões do campo, tais como Molina (2006), Arroyo (2006); e ainda, os que tratam sobre pesquisa participante, envolvendo os autores Brandão (2002 e 2007), Freitas (2002) e Freire (1987). Além desse percurso teórico, realizamos as primeiras incursões ao cotidiano das ilhas por meio de encontros formativos, que se iniciaram nas salas de aula do *Campus*, e posteriormente foram acontecendo nas escolas polos que se situam nos rios Paruru, Quianduba, Piquiarana e Campompema, localizadas nas ilhas do município de Abaetetuba.

Para o mapeamento cartográfico, construímos um roteiro inicial em que centramos a pesquisa nas seguintes dimensões: saberes do campo e das águas e a educação escolar, buscando apreender as representações da(s) identidade(s) ribeirinha(s) nas ilhas, de modo a contribuir com a política educacional das escolas do campo. Partindo do pressuposto de que a escola é espaço plural e cultural, nos indagamos: as unidades educacionais das ilhas têm de fato potencializado os diferentes saberes

das águas e das práticas socioculturais dos ribeirinhos de suas práticas socioculturais? Tem negado ou afirmado? De que forma os atores da comunidade dialogam com a escola? Tais questões elucidam a assertiva de Arroyo (2006) ao afirmar que: “[...] quando a terra, o território e as formas de produção estão ameaçados, são ameaçadas também a identidade dos sujeitos; a produção da infância, da adolescência e da juventude; a escola também é ameaçada” (p. 109).

Importa ressaltar que apostamos em um movimento das “margens” para o centro, de aprender com a escuta dos sujeitos, pela compreensão de que “com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição” (FREIRE, 1987, p.13).

Partindo da ideia de que não se valoriza o que não se conhece, precisamos considerar as vozes que foram e estão silenciadas, tornar visíveis os sujeitos e os saberes das populações rurais amazônicas, mobilizando gestores, educadores, educandos e pesquisadores a descobrirem os encantos desta vibrante terra amazônica, de modo a revitalizar, a defender e a divulgar a cultura, no sentido de revelar o rosto próprio de um povo com sua beleza, sua força e dignidade, haja vista o seu modo de vida, suas produções e manifestações culturais sinalizam a real possibilidade de efetivamente construir outro tipo de sociedade, de desenvolvimento e de homem.

Considerações sobre a travessia...

Como questões introdutórias do tema, discorreremos sobre o percurso vivido pelo grupo de pesquisa diante da construção de uma cartografia de saberes. De tudo até aqui experienciado, temos clareza que tal exercício exigiu e exige aprofundamentos diversos, dentre os quais, o de maior desafio, é o de sair da lógica maniqueísta, cartesiana, urbanocêntrica, unilaretal, disciplinar e disciplinadora, de método único, que sedimenta um olhar de construção de conhecimento científico, e enveredar por uma síntese relacional, interdisciplinar, rizomática, de interface entre o saber popular e o dito conhecimento científico, a ciência e a experiência, o homem-natureza e suas expressões materiais e simbólicas. Tal experiência tem nos possibilitado construir outros

conhecimentos, e esperamos que estes conhecimentos, juntamente com o legado cultural dos ribeirinhos, sejam sinalizadores na formulação das políticas sociais e educacionais pelos gestores públicos locais.

Compreendemos que problematizar as identidades dos sujeitos ribeirinhos, seus saberes e suas formas de organização social e de trabalho ainda existentes, ditadas pela sociobiodiversidade, pela quantidade e qualidade das águas nesse território, pela extensão dos rios, pela contradição de que as escolas estão sobre as águas e não têm água potável, pelo transcurso das águas no cotidiano das pessoas, pela confluência das ilhas com os seus rios na relação da tríade urbano-cidade-rural, pelo diverso movimento entre rios, igarapés, furos, mares e marés, em que o rio direciona a vida, significa, de alguma forma, considerar a interdependência entre as ciências, reorientar o olhar para visões mais integradoras e integradas, ao se pensar processos educativos institucionalizados ou não.

O “norte” deságua na urgência social de um viver cidadão para todos, inclusive para os povos das águas – ribeirinhos –, e acreditamos que esta travessia educativa não se faz sem a interlocução com as lutas sociais, com as culturas e com a produção do cotidiano desses habitantes, na perspectiva da re/criação das identidades, do empoderamento com o lugar, com nossa gente, e, dessa forma, assume-se uma concepção e uma prática educativa mais ampla e norteadora da diferenciação dos currículos para as escolas do campo, para os processos educativos escolares, para a construção de um caminho mais identitário de formação inicial e continuada de professores, entre outras questões.

E, por fim, exercitar o diálogo com os sujeitos sociais do campo em sua diversidade, o que engloba conhecer os espaços da floresta e das águas, pode servir de reflexão, inclusive para o *Campus* Universitário de Abaetetuba, em relação às singularidades dos povos das águas diante dos tempos acadêmicos, das matrizes curriculares, do cotidiano dos sujeitos e das águas no contexto das salas de aula, e, de alguma forma, corroborar para dar identidade ao *Campus*, às suas pesquisas e às suas práticas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

BRANDÃO, C. R. **A Educação como cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

_____. C. R. & Borges, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, jan./dez., 2007. pp.51-62.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: USP/Humanitas/Imprensa oficial, 2002.

HAGE, S. (Org.). **Educação do campo na Amazônia**: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gráfica e Editora Gutenberg Ltda, 2005.

LUSTOSA, F. Bacia cultural do Araripe: articulando cultura, desenvolvimento sustentável e governança local. In: **Reunião anual da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)**, 11-14 jun., Goiânia, 2006.

MACHADO, N. J. Notas sobre a ideia de mapa. **Seminários de Estudos em Epistemologia e Didática (SEED)**/Universidade de São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Ivanilde A. de (Org.). **Cartografias Ribeirinhas**: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. Belém: CCSE/UEPA, 2003.

_____. I. Ivanilde A. de; SANTOS, T. R. L. dos (Org.). **Cartografias de saberes**: representações sobre cultura amazônica em práticas de educação popular. Belém: CCSE-UEPA, 2007.

SANTOS, M. R. S. **Entre o rio e a rua**: cartografia de saberes artístico-culturais emergentes das práticas educativas na Ilha de Caratateua, Belém do Pará. Dissertação de Mestrado. Belém: CCSE/UEPA, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Crítica da razão indolente**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Uma Cartografia Simbólica das Representações Sociais: prolegómenos a uma concepção pós-moderna do direito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 24. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais. São Paulo: Cortez, 1988.

SOBRINHO, S. **Relatórios anuais da FASE Programa Amazônia/Pará**. Belém: Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.